

PREVALÊNCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO ENTRE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

PALOMA SOUSA LORENZATO¹; MARIANA DIAS ALMEIDA²; LAÍNE
BERTINETTI ALDRIGUI²; SONIA REGINA DA COSTA LAPISCHIES ² VANDA
MARIA DA ROSA JARDIM³

¹ Universidade Federal de Pelotas- palomalorenzatopel22@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas- almeidamarianadias@gmail.com;
laineba.bertinettialdrigui90@gmail.com; Sonia_lapisx@hotmail.com;

³ Universidade Federal de Pelotas- vandamrjardim@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) institui e regulamenta a Estratégia em Saúde da Família (ESF) que tem por objetivo principal a ampliação da oferta de atenção em saúde. Nesse processo é de grande importância a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que por meio de visitas domiciliares podem identificar riscos, bem como, atuar no acompanhamento visando a prevenção e promoção da saúde (BRASIL, 2012).

O estudo de Almeida, Batista e Silva (2016) salienta que os ACS estão expostos a diversos tipos de cargas na interação com os elementos do seu processo de trabalho, repercutindo na sua saúde e sendo evidenciadas pelos processos de desgaste. Entre as cargas de trabalho identificadas as mais frequentes são as mecânicas, seguidas das cargas biológicas, fisiológicas, psíquicas, físicas e químicas.

Dessa forma, tendo em vista a importância do trabalho desses profissionais para os serviços de saúde e comunidade em que atuam e diariamente expostos a diversos riscos, este estudo tem como objetivo identificar a prevalência de acidentes de trabalho e os fatores associados entre agentes comunitários de saúde da região sul do Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é um recorte da pesquisa “Processo de trabalho e seus impactos na condição de saúde de agentes comunitários de saúde na região sul do Rio Grande do Sul” que obteve aprovação do Comitê de Ética da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, sob parecer nº

51684015.1.0000.5316. Trata-se de um estudo quantitativo transversal, realizado entre os meses de março a abril de 2017, com 598 agentes comunitários de saúde pertencentes a 21 municípios que integram a 21ª Região de saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

Para este recorte, utilizou-se dados referentes a uma amostra de 264 ACS de 19 municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. Todos os entrevistados consentiram em participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A construção do banco se deu no software Microsoft Office Excel 2007 e as análises foram conduzidas com o pacote estatístico Stata 11.1. O desfecho deste recorte considerou a seguinte questão “Nos últimos seis meses você sofreu algum acidente de trabalho”.

As variáveis independentes selecionadas incluíram dados sócios demográficos (sexo, idade), socioeconômicos (renda familiar), região da Unidade Básica de Saúde e problemas de saúde. Foi realizada análise bivariada entre o desfecho de interesse e cada variável independente sendo adotado como valor significativo p-valor menor que 0,05.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os 264 agentes comunitários que participaram deste estudo 14% referiram ter sofrido acidente de trabalho nos últimos seis meses ($n=37$). A análise entre o desfecho e as variáveis independentes (tabela 1) demonstra que os ACS que mais sofreram acidentes de trabalho se encontram na faixa etária de 19 a 30 anos (20%), são do sexo masculino (19,4%), referem renda familiar de 2 a 3 salários mínimos (14,6%). As variáveis que apresentaram diferença significativa do ponto de vista estatístico estiveram associadas à atuação dos ACS na região rural (22,1%; p-valor 0.005) e a presença de problemas de saúde (17,1%; p-valor 0,041).

Em estudo realizado por Almeida, Batista e Silva (2016) para avaliar cargas de trabalho em ACS foi identificado 122 agravos à saúde relacionados ao trabalho, entre eles os mais frequentes foram às causas externas de morbidade e

mortalidade com 62,31%, destacando-se ACS ciclista traumatizado em acidente de transporte (35,25%), exposição a forças mecânicas animadas (10,66%) e quedas (9,84%), seguidos das doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo (10,66%). Os autores ainda identificaram que dos processos de desgastes referidos pelos ACS, 52,46% são decorrentes de acidentes típicos de trabalho, 36,89% de doenças relacionadas ao trabalho e 10,65% de acidentes de trajeto.

Tabela 1- Prevalência de acidentes de trabalho segundo variáveis sociodemográficas, região de atuação e problemas de saúde entre agentes comunitários de saúde da Região Sul do Rio Grande do Sul (N=264).

Características	N	Prevalência%	P- valor
Sexo			0.300
Feminino	223	13	
Masculino	36	19,4	
Idade			0.319
19 a 30 anos	60	20	
31 a 45 anos	151	12	
46 a 66 anos	52	13,4	
Renda Familiar			0,726
1 salário mínimo	32	9,4	
2 a 3 salários mínimos	198	14,6	
4 a 7 salários mínimos	29	13,8	
Região em que atuam			0.005
Urbana	167	9,6	
Rural	95	22,1	
Problemas de saúde			0,041
Não	89	7,9	
Sim	169	17,1	

Fonte: Projeto ACS, 2017.

*Os valores diferem em razão do número de respostas ignoradas.

Já o estudo de Vaz et al. (2009) identificou a percepção dos ACS em relação aos riscos a que estão expostos diariamente em seu trabalho e encontrou que estes riscos estão diretamente ligados ao contexto socioambiental, bem como as características da ação desenvolvida.

4. CONCLUSÕES

Este estudo possibilitou evidenciar alguns fatores associados a acidentes de trabalho em ACS e a necessidade de realizar novos estudos que possibilitem identificar de forma ampla fatores de risco relacionados ao processo de trabalho do ACS para a ocorrência de acidentes de trabalho. Estudos como este são essenciais para repensar sobre as práticas realizadas no processo de trabalho do ACS e as mudanças necessárias ao cuidado a saúde do trabalhador.

Em relação a maior prevalência com ACS atuantes na zona rural pode-se atribuir ao fato das distâncias entre as residências exigindo do profissional grandes deslocamentos em terreno irregular, utilização de veículos (motocicletas) para realizar a cobertura de suas áreas de abrangência e consequentemente uma maior exposição tanto aos riscos de acidente. Faz-se necessário uma maior atenção com esses profissionais atuando na prevenção com capacitação, fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI)s além de avaliar a possibilidade de fornecimento de transporte bem como uma revisão nas metas de visitas estabelecidas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2012, 110p. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf> Acesso em: 2 out. 2017

ALMEIDA, M.C.S. ; BATISTA,P.C.P. ; SILVA, A. Cargas de Trabalho e Processo de Desgaste em Agentes Comunitários de Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 50, n.1, p. 95-103, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n1/pt_0080-6234-reeusp-50-01-0095.pdf> Acesso em: 04 out.2017.

VAZ, M.R.C.; SOARES, J.F.S.; FIGUEIREDO, P.P.; AZAMBUJA, E. P.; SANT'ANNA, C.F.; COSTA, V.Z. Percepção do Risco no Trabalho em Saúde da Família: Estudo com Trabalhadores no Sul do Brasil. **Revista Latino Americano Enfermagem**,São Paulo, v.17, n.6, novembro-dezembro, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/4071/4903>>Acesso em: 4 out.2017.